Caminhos para a resiliência: como a amazônia pode enfrentar a Seca dos rios

A Amazônia está vivendo um evento sem precedentes: a maior seca da história do Brasil, que tem agravado drasticamente as condições climáticas e ameaçado populações e ecossistemas. Em setembro, os focos de calor registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), atingiram o segundo maior índice dos últimos 25 anos na região. A baixa dos rios se mostra particularmente intensa: segundo o 45º Boletim de Monitoramento Hidrológico da Bacia do Rio Amazonas divulgado pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB), o nível do Rio Negro, por exemplo, atingiu em outubro a marca de 12,17 metros, um novo mínimo histórico desde o início das medições em 1902, superando a seca histórica de 2010, quando o rio chegou a 13,63 metros. O Rio Solimões também tem enfrentado a maior vazante em mais de uma década.

Essa redução drástica nos níveis de água, que altera profundamente a paisagem e o equilíbrio ecológico, é intensificada por dois fenômenos climáticos: o El Niño e o aquecimento anômalo das águas do Atlântico. O El Niño aumenta a temperatura do Oceano Pacífico, inibindo a formação de chuvas na região amazônica. Enquanto isso, o Atlântico aquecido reduz ainda mais o volume de precipitações, o que resulta em rios com volumes de água muito abaixo do normal.

Os efeitos são devastadores. Segundo informações divulgadas pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) em setembro de 2024, nesse ano, a área atingida pela seca extrema na Amazônia foi de 315 mil km² — equivalente ao tamanho da Itália — representando um aumento de 2000% em comparação a 2023. Os dados ainda revelam que a seca afeta diretamente as populações indígenas e ribeirinhas, com 149 Terras Indígenas em condição de seca extrema ou grave. Em 42 desses territórios, a seca é absoluta, levando ao esgotamento completo de fontes de água, comprometendo a produção agrícola e limitando o acesso a recursos essenciais. De acordo com a COIAB, esse cenário impacta mais de 3 mil famílias indígenas, 110 escolas e 40 unidades de saúde, prejudicando severamente a qualidade de vida local.

A seca histórica que a Amazônia enfrenta está causando impactos profundos na logística e economia das comunidades que vivem na região. Em uma área onde os rios são as "estradas" — o principal meio de transporte e abastecimento — o rebaixamento extremo dos níveis d'água está comprometendo as atividades cotidianas e o acesso a bens essenciais. Para se ter uma ideia, em São Paulo, a paralisação das estradas geraria caos; na Amazônia, é a escassez dos rios que deixa comunidades inteiras isoladas, dificultando o transporte de alimentos, medicamentos e outros itens fundamentais.

Em Manaus, a operação dos portos foi severamente afetada, com a formação de bancos de areia ao longo dos canais, tornando várias áreas intransitáveis para embarcações. Com o fluxo de mercadorias e pessoas comprometido, o comércio local sofre grandes prejuízos. O transporte fluvial, que antes era a ligação de vilarejos e cidades, agora encontra um desafio crescente, agravando a crise econômica de regiões ribeirinhas que dependem de suprimentos externos e do intercâmbio com mercados urbanos para manter sua economia ativa.

As populações ribeirinhas, que obtêm sua renda da pesca e do comércio de produtos naturais, veem suas fontes de renda ameaçadas. Com a diminuição do nível dos rios, o movimento comercial enfraquece, e o custo de transporte aumenta. Isso afeta diretamente a economia local, pois o suprimento de produtos básicos torna-se escasso e mais caro, pressionando ainda mais as condições de vida e a subsistência dessas populações.

A economia e o modo de vida das comunidades amazônicas estão profundamente entrelaçados com a floresta e os rios. A pesca, a agricultura e o artesanato são pilares das atividades econômicas locais, todas dependentes dos ciclos naturais. A seca, no entanto, está comprometendo essas atividades: a baixa do nível dos rios e o aumento da temperatura da água resultaram em uma alta

taxa de mortalidade de peixes, impactando a pesca, tanto para consumo próprio quanto para a venda.

A agricultura também está sofrendo com essa crise climática. O solo, que depende de alagamentos sazonais para reabastecimento de nutrientes, está perdendo sua fertilidade, afetando o cultivo de alimentos e produtos típicos, como o açaí e a castanha, fundamentais para a renda local.

Nesse contexto, a regulação do uso do solo surge como uma solução estratégica e sustentável, essencial para reduzir os danos causados pelas mudanças climáticas, além de prevenir a degradação da floresta e garantir a resiliência dos ecossistemas locais.

A regulação do uso do solo na Amazônia envolve o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que orienta atividades humanas conforme as características do território, preservando áreas de floresta primária e protegendo mananciais, além de limitar a exploração e o desmatamento em áreas críticas. Ao regularizar e fiscalizar o uso de terras, é possível evitar práticas como a agricultura intensiva e o desmatamento irregular, que afetam diretamente o ciclo hidrológico da região e agravam a crise hídrica.

Esse zoneamento promove um planejamento que incentiva o uso sustentável e consciente da terra, evitando a degradação de solos ricos em biodiversidade e controlando atividades que exijam grande uso de água. Com isso, a regulação do solo se torna uma ferramenta eficaz para preservar a umidade do solo, essencial na prevenção de incêndios e na manutenção dos níveis dos rios.

Além disso, políticas de infraestrutura resiliente, que contemplem as necessidades das comunidades ribeirinhas e respeitem o ecossistema amazônico, são essenciais. Planos de adaptação climática, descentralizados e personalizados, com medidas de longo prazo, devem ser implementados para dar suporte às comunidades e preservar o equilíbrio ambiental da Amazônia.

As secas históricas de 2023 e 2024 exigem uma resposta conjunta e urgente de governos, empresas e da sociedade civil para mitigar os impactos da mudança climática na Amazônia. A preservação da floresta é uma responsabilidade coletiva que requer políticas públicas ágeis, além de ações sustentáveis que promovam a resiliência das comunidades locais.

Conscientizar-se sobre o impacto do consumo e apoiar projetos de preservação da Amazônia é um passo essencial para reverter o cenário crítico que a floresta enfrenta. Somente com uma mobilização ampla e uma mudança de postura será possível garantir que as futuras gerações possam contar com um ecossistema amazônico saudável e sustentável.